

IV EPRF

*Encontro Pedagógico
sobre Risco de Incêndio Florestal*

Actas

Lousã, 28 de Novembro de 1994

IV EPRIF

*Encontro Pedagógico
sobre Risco de Incêndio Florestal*

Actas

Propriedade e Edição Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais
NICIF - PROSEPE - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
3049 Coimbra - Tel. (039) 4109964 - Telefax (039) 36733

Direção Editorial Luciano Fernandes Lourenço

Concepção Gráfica Victor Hugo Fernandes

Capa Victor Hugo Fernandes

Impressão e Acabamento Gráfica de Coimbra

Depósito Legal nº 93226/95

ISBN 972-8330-03-0

Tiragem 500 exemplares

Preço 1.000\$00

© Luciano Fernandes Lourenço
Novembro de 1995

COMISSÃO ORGANIZADORA

Co-Presidentes

Prof. Doutor Fernando Rebelo

Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Eng^o. A. Maia e Costa

Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais.

Comissão Executiva

Dr. Luciano Lourenço

Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Sr. Hermano de Almeida

Delegação da Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais.

Eng^o. Jorge Bernardo

Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais.

Eng^o. Luís Pinheiro

Delegação Florestal da Beira Litoral, Instituto Florestal.

Eng^o. José Bernardino

Delegação Florestal da Beira Interior, Instituto Florestal.

Eng^o. Pedro Lopes

Inspeção Regional de Bombeiros do Centro, Serviço Nacional de Bombeiros.

Dr. Manuel Santos

Coordenação de Coimbra, Instituto de Conservação da Natureza.

Sr. Jaime Soares

Associação Nacional de Municípios Portugueses.

SECRETARIADO

Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais

Instituto de Estudos Geográficos

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Praça da Porta Férrea

3049 COIMBRA CODEX

Telefones (039) 4109964

Telefax (039) 36733

NOTA DE ABERTURA

Dr. Luciano Lourenço

O IV Encontro Pedagógico sobre Risco de Incêndio Florestal aparece integrado, como os anteriores, no Projecto de Sensibilização da População Escolar da Região Centro sobre a problemática dos Fogos Florestais, mais conhecido por PROSEPE.

Como os anteriores, também se destina a dar formação sobre Risco de Incêndio Florestal e simultaneamente, a preparar o desenrolar das actividades do Projecto durante o ano lectivo de 1994/95.

Para um melhor contacto com a realidade do fogo florestal, este IV Encontro decorreu no Aeródromo da Lousã, onde não só estão implantadas estruturas de detecção e combate aos fogos florestais, mas também funcionam Projectos de Investigação Científica que estudam alguns vectores com implicações neste fenómeno.

Mas, porque o fogo ocorre na floresta, o Encontro também proporcionou o contacto directo com o ambiente florestal serrano, tendo-se percorrido áreas perfeitamente preservadas, em contraponto com áreas ardidadas em anos anteriores, de modo a poderem analisar-se comparativamente.

Apesar de estrutura diferente da apresentada pelos Encontros anteriores, o IV EPRIF permitiu aprofundar conhecimentos científicos e pessoais, uns e outros importantes para esta gigantesca tarefa em que nos empenhámos: Sensibilizar a Escola, para Proteger a Floresta.

SESSÃO DE ABERTURA

Constituição da Mesa:

Prof. Doutor Fernando Rebelo
Vice-Reitor da Universidade de Coimbra

Eng^o. A. Maia e Costa
Presidente da Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais

Eng^o. Luís Pinheiro
Delegado Regional da Beira Litoral, em representação do Presidente do Instituto Florestal

Eng^o. Pedro Lopes
Inspector Regional de Bombeiros do Centro, em representação do Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros

Dr. Manuel Santos
Coordenador de Coimbra do Instituto de Conservação da Natureza, em representação do Presidente do Instituto de Conservação da Natureza

Sr. Jaime Soares
Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Prof. Doutor Fernando Taveira
Representante do Conselho Directivo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Prof. Horácio Antunes
Presidente da Câmara Municipal da Lousã

Dr. Luciano Lourenço
Responsável pelo NICIF – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coordenador do Projecto de Sensibilização da População Escolar da Região Centro

ALOCUÇÕES

Presidente da Comissão Executiva, IV EPRIF

Dr. Luciano Lourenço

Presidente da Câmara Municipal da Lousã

Prof. Horácio Antunes

*Representante da Associação Nacional de Municípios
Portugueses*

Sr. Jaime Soares

Presidente do Instituto Florestal

Eng^o. Fernando Barbosa

Vice-Reitor da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Fernando Rebelo

Apresentação do programa do PROSEPE 1994/95.

Dr. Luciano Lourenço

Apresentação e Visita às Instalações.

SIRIF

Dr. Luciano Lourenço

Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

CPDIF

Eng^a Lucília Mota

Delegação Florestal da Beira Litoral.

CMA

Eng^o. Pedro Lopes

Inspeção Regional de Bombeiros do Centro.

COTF

Eng^o. António Gravato

Centro de Operações e Técnicas Florestais da Lousã.

Alocução do Presidente da Comissão Executiva, IV EPRIF

Dr. Luciano Lourenço

Exm^o. Senhor Vice-Reitor da Universidade de Coimbra;

Exm^o. Senhor Presidente da Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais;

Exm^o. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Lousã;

Exm^{as}. Senhores Representantes das diversas Entidades presentes;

Caros Colegas;

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

É com enorme prazer e particular satisfação que, em nome da Comissão Organizadora, começo por dar as boas-vindas a todos os presentes.

E é com profunda e sentida alegria que o faço, na medida em que a adesão a esta nossa iniciativa superou tudo aquilo que era previsível.

Com efeito, planificámos este Encontro para cerca de uma centena e meia de participantes e as inscrições ultrapassaram as três centenas. Como já deram conta, a "pista" da Lousã não dispõe de estruturas capazes para oferecer as melhores condições logísticas à recepção de um grupo tão numeroso pelo que, desde já, manifestamos as nossas desculpas.

No entanto, entendemos dever manter neste local a realização do IV Encontro Pedagógico sobre Risco de Incêndio Florestal, pelo significado que encerra, tanto em termos de prevenção, como no que respeita ao combate do fogo florestal.

Tanto a nossa origem serrana, como a formação geográfica nos habituaram ao campo e à serra, pelos quais nutrimos um carinho especial, e, talvez por esse motivo, arriscámos deixar a protecção e comodidade que a vetusta Torre da Universidade nos proporciona, para nos aproximarmos mais, espiritual e fisicamente, da realidade que pretendemos melhor conhecer, isto é, sair para o campo, para a serra, onde, afinal, ocorrem os fogos florestais.

Deste modo, o Aeródromo da Lousã pareceu-nos o local mais adequado para a realização do IV EPRIF, o primeiro acto oficial da Campanha de Sensibilização da População Escolar a decorrer neste ano lectivo 94/95.

Parafraseando Fernando Pessoa "*Deus quer, o homem sonha, a obra nasce*". Com efeito, com a ajuda de Deus, o nosso sonho começa a tornar-se realidade.

E como "é no Inverno que se apagam os fogos", cá estamos neste final de Outono a preparar-nos para apagar os fogos durante o Inverno, através da formação e da sensibilização dos nossos jovens.

Trata-se de uma aposta, de um investimento, cujos resultados só serão visíveis a médio e longo prazo, mas que, apesar disso, nos parece fundamental para se criar uma nova mentalidade face à propriedade florestal, à condução dos povoamentos e, até, aos fogos florestais.

Só com atitudes concretas podemos contrariar a actual postura absentista de muitos proprietários florestais e essa aposta terá que ser feita nas camadas jovens, quer porque, através do seu dinamismo, podem contribuir para alterar essa postura cómoda dos mais idosos, quer porque serão os proprietários florestais de amanhã.

Estamos pois todos empenhados em vencer mais este desafio, porque amanhã poderá ser tarde demais. A nossa presença aqui, hoje, testemunha não só o envolvimento directo dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário presentes neste improvisado auditório, mas também o de muitos outros que não se puderam aqui deslocar, bem como o de todas as entidades que apoiam e colaboram neste projecto.

Estes cerca de 300 Professores representam mais de 60 Escolas da Região Centro, nas quais 400 Turmas, com cerca de 8000 Alunos, estão directamente envolvidos no PROSEPE e empenhados em alcançar os seus objectivos. Parece-nos que constituem fermento em quantidade suficiente para que sejam capazes de levedar a massa que os envolve.

Cabe-nos a nós fazer com este fermento seja de óptima qualidade para que uma pequena quantidade possa fazer chegar a nossa mensagem a uma grande massa populacional, de modo a extravasar para fora dos muros da Escola tanto a dimensão como a dinâmica do Projecto.

Ora, a sensibilização da população escolar não constitui novidade para as instituições mais directamente envolvidas, pois desde há muito que individualmente, a vêm executando.

No entanto, este Projecto apresenta a novidade de tentar concatenar esforços no sentido de se passar a fazer essa sensibilização em simultâneo e em conjunto por todas estas instituições e ainda, com a colaboração de novas entidades.

Esta conjugação de esforços permitirá não só rentabilizar os meios postos ao dispor de cada uma das diferentes entidades, mas também evitar desperdícios de energias e, ainda, alcançar resultados mais objectivos, concretos e eficazes.

Mas a sua concretização só é possível com o apoio dos organismos oficiais, especialmente, dos mais directamente interessados nesta problemática.

De entre eles, cabe-nos realçar a Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais e a sua Delegação, a Reitoria e a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a Inspecção Regional dos Bombeiros do Centro, do Serviço Nacional de Bombeiros, as Delegações Florestais da Beira Litoral e da Beira Interior, do Instituto Florestal, a Coordenação de Coimbra e os Parques Naturais da Serra da Estrela e das Serras d'Aire e Candeeiros, do Instituto de Conservação da Natureza, a Comissão de Coordenação da Região Centro, as Direcções Regionais de Educação do Centro, do Ambiente e Recursos Naturais, do Instituto Português da Juventude, as Delegações Distritais do Serviço Nacional de Protecção Civil, as Autarquias, as Associações de Defesa do Ambiente e, até, de algumas empresas privadas.

Se conseguirmos congregar tantas boas-vontades, teremos agora que concatenar esforços no sentido de rentabilizar esta colaboração em prol da floresta, de modo a que os objectivos do Projecto sejam alcançados.

Cabe-nos a nós, Professores, Autarcas, Bombeiros, Florestais, Conservadores da Natureza, enfim, a todos os que, anonimamente, vamos estar no terreno, contribuir para que a concretização do Projecto não desvaneça, nem desiluda quem em nós depositou confiança.

Ao terminar queremos deixar uma palavra de agradecimento para todos aqueles que apostam no nosso trabalho, manifestando-nos o seu

apoio, moral e material, sem o qual seria imprescindível levar a bom porto as nossas iniciativas.

Permitam-me que destaque as instituições que mais directamente apoiaram a realização deste Encontro. Em primeiro lugar, cabe salientar o alto patrocínio da CNEFF e da Câmara Municipal da Lousã, que desde o início apoiaram financeiramente este Encontro e apadrinharam a sua realização neste local. À Câmara Municipal agradecemos, ainda ter transformado este Hangar em Auditório, singelo mas funcional, o qual normalmente serve para armazenar os produtos retardantes usados nas caldas com que se apagam os fogos florestais.

À Delegação Florestal da Beira Litoral, que através do COTF, "fez das tripas coração" para poder servir o almoço a tão elevado número de participantes e, através da Zona do Pinhal, colabora na orientação da viagem de estudo.

A Delegação Florestal da Beira Interior oferece as castanhas para o magusto, a Inspeção Regional dos Bombeiros do Centro disponibiliza as bebidas, a Zona Florestal do Pinhal fornece a caruma, a Arcil cede o local e os Bombeiros Municipais da Lousã que, além de terem colaborado em diversos aspectos da logística, estavam preparados para serem alternativa, no caso das condições meteorológicas não permitirem realizá-lo na Silveira.

O nosso último obrigado vai para os funcionários e estudantes que constituem o Secretariado, o qual, mesmo nestas condições difíceis, não se furtou a esforços para que a organização do Encontro não saísse beliscada. Se todos eles foram incansáveis e se esmeraram ao ponto de terem sacrificado o sábado e, alguns, até o domingo, para que tudo estivesse nas melhores condições possíveis, permitam-me que destaque a Fátima e o Victor Hugo, mais directamente ligados à organização do Encontro, os quais deram inúmeras provas do seu empenho, dedicação e elevado profissionalismo.

Bem hajam todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste Encontro.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal da Lousã

Prof. Horácio Antunes

Sr. Vice-Reitor da Univ. de Coimbra, Professor Doutor Fernando Rebelo;
Sr. Eng^o. Maia Costa, Presidente da CNEFF;
Sr. Delegado Florestal da Beira Litoral, Eng. Luís Pinheiro;
Sr. Inspector dos Bombeiros da Região Centro, Eng^o. Pedro Lopes;
Dr. Manuel Santos, do Instituto de Conservação da Natureza;
Sr. Jaime Soares, Representante da Assoc. Nac. de Municípios Portugueses
e, meu colega, Presidente da Câmara de Vila Nova de Poiares;
Sr. Representante do Conselho Directivo da Faculdade de Letras,
Prof. Fernando Taveira;
Sr. Dr. Luciano Lourenço, do Instituto de Estudos Geográficos e Responsável
deste Projecto.

A todos e, em primeiro lugar, o meu agradecimento por me terem convidado para também estar aqui presente na apresentação deste PROSEPE.

As minhas palavras vão nesse sentido, dar-vos as boas vindas, dizer da alegria que tenho em ver aqui tanta gente reunida para, de algum modo falar da natureza, da preservação da floresta e da satisfação que é ver-vos de facto aqui.

Em segundo lugar, pedir desculpa, porque não estive, nem estarei de acordo com as condições precárias em que estão instalados. Preferia que esta sessão de abertura tivesse sido no cineteatro que também é municipal e, portanto, poderiam aí ter melhores condições. Depois, a partir da sessão de abertura e das prelecções que vão ser feitas, viríamos então para aqui a fim de visitar o aeródromo e os serviços que aqui estão instalados, bem como o COTF (Centro de Operações e Técnicas Florestais), onde será servido o almoço. Finalmente, partiríamos para a visita à Serra. Não foi assim, lamento que não tenha sido e peço efectivamente as minhas desculpas.

Já não é a primeira vez que estamos com este projecto. Penso que é de facto um projecto extremamente importante, porque se trata de sensibilizar fundamentalmente os mais novos para a preservação da floresta e tudo quanto se fizer nesse sentido é extremamente importante.

Enquanto representante autárquico eu tenho também, com certeza, imensas responsabilidades neste sentido, mas hoje eu diria que todos os serviços, digamos assim, todos aqueles que têm alguma coisa a ver com a organização e administração do território, forçosamente têm também um papel grande a desempenhar neste sentido.

Por outro lado, quando se fala em fogos ou em floresta, toda a gente começa a prespectivar a sua acção ou a sua vista para o Estado. O Estado, em primeira instância, é que teria toda a responsabilidade de organizar todas as acções que levassem à preservação da floresta. A partir daí, o outro escalão intermédio seria a Câmara Municipal e só em última instância as pessoas se lembram dos proprietários florestais. Eu devo dizer que não vejo aqui a melhor lógica para efectivamente resolvermos este problema.

Se a floresta portuguesa, em mais de 90% é privada, penso que há que ter acções que de algum modo levem a fazer uma inversão neste sentido, porque o proprietário privado tem que fundamentalmente se virar para a preservação da sua floresta. Há legislação que tem que efectivamente ser feita. Uma pessoa que hoje por herança fique com um pinhal ou com uma propriedade florestal pode viver em Lisboa ou numa grande cidade. Esquece-se e deixa ficar. "Aquilo com certeza não vai fugir", mas o grande problema é que, sucessivamente, isso acontece. A floresta existe, não tem qualquer tratamento. São as silvas, o mato e todos as infestantes que efectivamente acontecem. Só há um responsável, que são de facto as Zonas Florestais e as Comissões Especializadas de Fogos Florestais Municipais (CEFF's municipais). O proprietário privado, neste aspecto, faz apenas o papel de desgraçado, porque se efectivamente no verão arde a floresta, tem um imenso prejuízo.

No entanto, lembra-se que o prejuízo lhe aconteceu em determinada época do ano, fundamentalmente no verão com certeza, quando está mais calor. Esse prejuízo é causado porque deixou de ganhar alguns dividendos, no entanto não teve a iniciativa de, em tempo oportuno, conseguir fazer com

que a sua floresta fosse preservada. Dai que eu diga que hoje só se continua a defender que são as instâncias nacionais e, de uma forma intermédia, as instâncias municipais que têm alguma coisa a fazer na preservação da floresta. Penso que alguma coisa tem de mudar, desde a legislação à prática de intervenção florestal.

E é assim que, de algum modo, chegamos à nossa instância, às Câmaras Municipais, as quais normalmente apresentam programas anuais para a preservação da sua floresta, através da construção de tanques, da reparação de caminhos florestais e, ainda, de algumas pequenas intervenções pontuais em determinados locais dessa mesma floresta.

Com a feitura e elaboração dos Planos Directores Municipais, talvez muitas Câmaras Municipais tenham reparado que talvez cerca de 60%, e até mais nalguns concelhos, da área que administram estão ocupadas por florestas, o que significa que, até aqui, talvez 60% ou mais do seu território não era administrado efectivamente pelo dirigentes autárquicos. Com esta elaboração dos Planos Directores Municipais, de facto alguma coisa tinha que ser invertida.

A floresta faz parte do nosso território e se efectivamente pugnamos pelo ordenamento do nosso território temos que na realidade projectar, planificar e executar acções que tenham a ver também com aquilo, com essa área florestal. Apoiando, de uma forma organizada, metódica alguns empresários florestais, os proprietários privados e as instâncias governamentais, talvez possamos efectivamente consertar acções que levem a que a floresta possa ser de facto, no futuro, um bom investimento a nível do ordenamento do território.

Talvez possamos de facto condicionar a nossa floresta, se calhar ter menos eucalipto e passar a ter mais pinheiro, a ter mais castanheiros e carvalhos e, de algum modo, conseguir repor nas nossas encostas, na nossa montanha, na nossa floresta as árvores tradicionais que se de facto existissem, talvez também elas próprias pudessem evitar que os fogos fossem tão graves no verão.

Não tenhamos dúvidas de que se existisse e continuasse a existir o castanheiro e o carvalho e outras espécies tradicionais, com certeza que o

material lenhoso não seria material tão combustível, que de uma forma tão grande e tão facilmente pudesse ser devastado.

Não pensemos que as Câmaras Municipais têm de facto de fazer uma inversão do ordenamento do território. Hoje os "PMIF's" (Planos Municipais de Intervenção na Floresta) têm que ser elaborados e nós temos que ter essa acção preponderante a fazer e a desenvolver para que o ordenamento do nosso território seja efectivo, para não estarmos anualmente à espera que quando toca a sirene saiam os bombeiros, os meios heli-transportados ou os meios aéreos para fazer o combate às chamas na floresta que arde.

Estamos aqui, de facto, localizados num sítio onde tudo isto acontece, temos aqui o Centro de Meios Aéreos, aqui também estão situadas ou sediadas as Brigadas Helio-transportadas, as avionetas com as caldas para fazer a 1ª intervenção e, depois, todos os Bombeiros que gravitam à volta deste aeródromo e ainda todos os concelhos e muitas outras partes para poderem fazer o combate.

Mas esta acção dos bombeiros, que vem a seguir de facto à prevenção e à detecção do fogo, é extremamente pequena para podermos de facto poder dizer que estamos sempre defendidos das calamidades que acontecem anualmente. Se tudo aquilo que disse anteriormente fosse devidamente organizado, se calhar esta parte que nós vemos no terreno seria muito mais pequena, muito mais reduzida e, com certeza, a nossa floresta teria, sofrido menos precalços.

Há muito a fazer neste sentido, penso que a CNEFF (Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais) e os organismos do Estado têm o problema perfeitamente levantado; falta aqui uma grande parte de sensibilização para os proprietários privados, os quais constituem uma infestante da floresta portuguesa porque não a preparam e não a preservam, deixando ao encargo do Estado toda a sua preservação.

Isto não é possível. Nós temos, por prática vivida, situações de calamidade incrível, ao ponto de podermos dizer que algumas florestas devidamente tratadas e limpas pelos Serviços Florestais aqui da nossa área, que é a da Zona Florestal do Pinhal, acabaram por arder completamente

porque à sua volta todos os matos, todas as florestas não estavam preparadas e defendidas, de maneira que ao arderem umas, arderam todas. Às vezes, florestas preparadas para o corte, com pinheiros já de alto porte, foram também pasto das chamas.

Ora efectivamente, ficamos nesta última parte, que é a visível de todos nós, pois esquecemo-nos de preparar, planificar a tempo e horas toda a nossa floresta. Eu não sou propriamente um acérrimo defensor dos ecologistas, naquele aspecto em que o ecologista, por vezes, se calhar, também abusa um pouquinho de paciência das pessoas, mas penso que, de facto, uma componente que todos nós devemos ter, é a de sermos ecologistas.

A nossa floresta, como digo, ainda não está devidamente preparada. Temos que fazer muito por ela. Temos, se calhar, que dar muito ouvido aos ecologistas, por forma a prepararmos a nossa floresta naquilo que essa floresta representa na preservação da natureza, melhor qualidade de vida e de melhor situação ambiental.

E é assim que aparece este projecto para sensibilizar os mais novos. Eu penso que é extremamente importante porque hoje, em muitas escolas, fundamentalmente nas cidades, muito poucos miúdos ou jovens estudantes têm possibilidade de investir, digamos assim, entrar pela floresta e conhecer a floresta em toda a sua problemática.

Esse papel está de facto reservado para os Professores. Penso que, quantos mais professores aderirem a esta sensibilização para a floresta e transmitirem estes ensinamentos aos seus alunos, com certeza a população vai ficar mais preparada e sensibilizada para este aspecto da preservação da floresta.

Penso que em boa hora este programa avançou. As inscrições comprovam que teve uma grande receptividade, comprovam que há de facto muita gente sensibilizada para a problemática da floresta e sua preservação.

Sem dúvida nenhuma, as Escolas vão ter um papel fundamental na sensibilização deste problema. Penso que todos nós temos que ser agentes de divulgação deste problema. Temos que ter acções muito concretas para que ele chegue a todos os nossos alunos, e se chegar a todos os alunos vai

com certeza chegar aos pais. Vai de algum modo abranger toda a população portuguesa e, efectivamente, se as medidas que eu disse anteriormente forem implementadas, eu não tenho dúvida dos seus resultados, com a sensibilização que vai ser feita a toda a população escolar.

Com certeza que este projecto para além do seu sucesso enquanto projecto, vai permitir um sucesso de facto para o nosso país, para a nossa floresta, para o nosso ordenamento territorial e, fundamentalmente, para o nosso ambiente. Devemos pugnar por esse ambiente e estou imensamente satisfeito de ver aqui gente; espero que o dia seja também uma boa jornada de sensibilidade e de sensibilização para a montanha, para a serra e para a floresta e que gostem de estar no Concelho da Lousã.

Nós, enquanto representantes desta população, gostamos imenso de os ver aqui. Espero que voltem sempre. Obrigado.

Intervenção do Representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses

Sr. Jaime Soares

Sr. Vice-Reitor da Universidade de Coimbra;

Sr. Presidente da Câmara Municipal da Lousã;

Sr. Coronel Maia e Costa e demais elementos da mesa;

Sr. Dr. Luciano Lourenço;

Minhas senhoras e meus senhores;

Meus queridos amigos.

Deixem-me dizer-lhes que, na minha opinião, nesta sala, se passa hoje uma coisa maravilhosa, extremamente importante. Não vou puxar pelos meus galões, nem trazer aqui o meu *currículum*, mas estou ligado a estas coisas da floresta e dos bombeiros há 35 anos.

Isto leva-me a poder afirmar aqui hoje, convictamente, de que o que se passa nesta sala é uma coisa maravilhosa. E porquê? Porque estou a falar perante uma plateia, uma ilustre plateia, não por aquilo que cada um por si possa representar, mas fundamentalmente por aquilo de que são capazes e não-de ser capazes de transmitir. São pessoas que, com o seu valor intelectual, a sua capacidade pedagógica, estão empenhadas neste Projecto. No fim de contas, aquela mensagem que vai sair desta casa, que com certeza vai ser transportada daqui, de dentro destas quatro paredes, há-de ter os seus resultados e há-de dar os seus frutos.

Quero, antes de levar por diante o meu discurso, e tentando ser o menos maçador possível, deixar aqui o meu cumprimento e a minha profunda saudação convicta à Universidade de Coimbra, à sua Faculdade de Letras, por ter proporcionado hoje este IV Encontro. Espero que o V se possa realizar em Vila Nova de Poiares para tratarmos de coisas tão sérias como aqui hoje vamos falar.

Estão aqui professores e professoras, bombeiros e muita gente com muita capacidade e sem dúvidas com um papel interventivo muito forte.

Mas, deixem-me referir a escola, como espaço de construção do homem. E é exactamente por aí que devemos caminhar, é por aí que devemos lançar a mensagem, porque sendo tantos os responsáveis que há por esse país fora: as Autarquias, os Bombeiros, o Instituto Florestal, o Instituto de Conservação da Natureza, mas há também a população que, no fim de contas, é a quem se dirige fundamentalmente todo este trabalho.

Mas, para a mensagem chegar à população, ela tem de ser preparada de base, ela tem de ser preparada com capacidade de organização, para depois, chegar a esse mesmo povo, para ele a sentir a sua responsabilidade, e isso só pode passar pela escola, isso só pode sair da escola.

Por muito que façamos, por muito que trabalhemos, se não soubermos fazer passar a mensagem aos docentes, portanto à parte pedagógica que é fundamental em todo este processo, para depois ela ser transferida para a escola, para o aluno, nós não chegaremos a parte nenhuma.

Meus amigos, a floresta e os fogos em Portugal passaram momentos muito difíceis de há muitos anos a esta parte; eu vejo aqui muitos técnicos florestais que, com certeza, tanto quanto eu, estarão felizes por assistirem a esta reunião. É que fomos calcorreando caminhos, para que efectivamente conseguíssemos ultrapassar essas dificuldades, e não se esqueçam de que o fundamental para evitar os fogos é a prevenção. Sem prevenção não chegamos a parte nenhuma, porque os fogos evitam-se, não se combatem, e para os evitar é preciso prevenir.

Dizia eu, que ao longo de muitos anos na nossa floresta não havia prevenção, é certo que tudo evolui desfavoravelmente nesse sentido após 25 de Abril de 1974, apesar do 25 de Abril de 1974 ter sido um dia maravilhoso para todos nós, ao transformar a sociedade portuguesa e permitir que cada cidadão por si pudesse encontrar depois a sociedade no seu conjunto.

Em relação à floresta, ela foi-se degradando, até pela própria sociedade e fomos tentando equilibrar isso.

Como? Com uma intervenção dos bombeiros para evitar, no fim de contas, os males que existem. Os bombeiros têm vindo ao longo de todos estes anos a colmatar as brechas que pertencem a um todo da sociedade, a

floresta, que esquece em todos os seus aspectos, em todas as suas vertentes.

Há alguns tempos a esta parte tem vindo a alterar-se todo este trabalho e fundamentalmente começou a pensar-se em termos de planeamento, sobretudo a partir da feitura do Decreto-Lei nº. 55/81, que constitui em Portugal as Ceff's concelhias. As Ceff's concelhias são compostas pelo Presidente da Câmara, que a preside, por um Técnico Florestal, por um Representante dos Produtores Florestais, pelo Comandante dos Bombeiros e por um Agente de Autoridade Local, com a intenção de planejar localmente o espaço territorial de cada município naquilo que melhor se possa fazer. Foi andando, foi correndo com tremendas dificuldades, com lutas muito grandes, depois de interpretações diferentes entre as próprias autarquias, entre os próprios bombeiros. Houve que ultrapassar essa fase, as pessoas foram evoluindo, foram sentindo que a floresta não era um espaço de um só, mas era um valor de todos e que tínhamos de a entender dessa forma.

Fomos conseguindo ultrapassar esses problemas e, mais propriamente em 1985, só aí, começou-se a dar a alteração em todo o projecto de desenvolvimento e dos cuidados a ter com a floresta. Por isso foi criada a Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais que produziu um relatório, no fim de contas, as linhas de orientação. Reuniu em torno de si todos os responsáveis máximos das instituições ligadas à floresta: Serviço Nacional de Bombeiros, Serviço Nacional de Protecção Civil, Instituto de Conservação da Natureza, Instituto Florestal – peça fundamental e a mais importante em todo este processo. Conseguimos o diálogo com as escolas, conseguimos pôr Autarquias a falar com o Instituto Florestal e com os Bombeiros.

No fim de contas, através de uma coordenação do Sr. Presidente, que aqui se encontra presente, e que também saúdo com muito respeito e com muita admiração, o Sr. Coronel Maia e Costa, que tem sabido coordenar todo o processo deste grupo estando os resultados à vista. Até a própria Universidade, estou absolutamente convencido, e perdoar-me-ão se tiver a dizer alguma coisa que não esteja tão certa quanto isso, entendo que a CNEFF tem sido um elo de ligação próximo da própria Universidade sentindo

que, através deste entendimento, nós poderíamos atingir determinados objectivos e, apesar do difícil passado, eu penso que há a esperança do presente.

E a esperança do presente está aqui, está nesta reunião; com certeza não será através das minhas palavras, que mais não visam do que dar um pequeno esclarecimento, sensibilizar se tal fosse preciso todos os agentes que aqui se encontram, para entendermos o esforço que alguns têm vindo a fazer e que será em vão, se não obtivermos o vosso incondicional e importante apoio para a passagem da mensagem, a fim de mais rapidamente conseguirmos ultrapassar estas dificuldades.

Preparar portanto, no presente, com esperança, o futuro que se mostra na minha opinião risonho. E mostra-se risonho porquê? – Porque, as dificuldades foram superadas, e foi criado o espaço de diálogo e de entendimento que permite entender a floresta como um problema de todos, e assim se fez o projecto.

Analisou-se o custo desse projecto. Do custo deste, obteremos com certeza os resultados porque há eficácia na sua concretização. Há no fim de contas a garantia do planeamento, do ordenamento, de criar um espaço de grande diálogo, de chamar até nós os agentes importantes, os actores fundamentais em todo este processo, cujo actor fundamental, na minha opinião, será o aluno. Será através dele e por ele que nós conseguiremos fazer passar a mensagem. Se esse actor fundamental não tiver nos seus agentes, dos quais alguns têm o papel importantíssimo de levar a mensagem, esta não conseguirá ter os resultados que todos nós aqui presentes, desejamos e queremos. Pois, senão, não estaríamos aqui, apesar de gostarmos todos muito uns dos outros. Não era só para nos encontrarmos numa reunião, comer um almoço ou, porventura fazer um magusto, que nos deslocaríamos aqui para este encontro. Haveria muitas outras formas de o fazer, encontraremos com certeza a eficácia do projecto, cujo benefício se encontrará a curto prazo.

Mas para atingir este desiderato há que, com total convicção, com total esperança em todas as vertentes, fazer um entrosamento entre a Universidade, através do estudo científico, e da Escola, na passagem da mensagem.

A Autarquia não pode só, apesar de ter uma associação por trás, Associação Nacional de Municípios Portugueses, que eu aqui represento, mas ela, só por si, apesar de coordenar e ser o elo de ligação com a CNEFF (Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais), tem também que encontrar em cada um dos senhores presidentes das Câmaras Municipais uma forte intervenção na ligação à própria escola.

Porque a Escola, só por si, já não falando nos seus próprios orçamentos e nas suas profundas dificuldades, apesar de ter felizmente a sua autonomia, autonomia pedagógica e administrativa, tem que ter um entendimento perfeito que eu julgo possível. Há alguns exemplos que nos garantem que isso é possível. É também das coisas mais fáceis que se possam imaginar, a ligação entre a Escola e a Autarquia, sendo necessário que os representantes da Escola o queiram, mas é preciso que a Autarquia saia do seu pedestal e vá à escola conversar com esta e saiba dialogar franca e abertamente.

Eu tenho a certeza de que é possível, porque eu sei que é possível. É dessa entreajuda que os resultados irão acontecer. É que muitos senhores Presidentes de Câmara, se calhar tanto quanto eu, muitas vezes só se lembram de St^ª. Bárbara, quando está a trovejar, podendo eu ser o principal penalizado em todo esse processo, em relação à própria floresta.

Eu sei das dificuldades de um Presidente da Câmara, que tem que estar altamente preocupado com o desenvolvimento social, cultural, com a água, com a luz, com a estrada, mas tem que entender que a floresta, apesar de não gritar, mas o grito do fogo, muitas vezes, quando a assola, porque não a preveniu, é muito mais acusador, é muito mais duro do que efectivamente aquilo que se faz no quotidiano, que desenvolver os problemas que são necessários e que são importantes porque as pessoas pedem, mas apesar do eucalipto, da noqueira, do castanheiro ou do pinheiro não reclamar, é preciso que entendamos que ele tem um processo e é importante em todo o processo, no equilíbrio da própria sociedade.

Muitas vezes, perdoem-me os meus colegas Presidentes de Câmara, alguns não estarão tão sensibilizados quanto isso, e eu assumo aqui o papel de Cardeal Diabo. Talvez arranje, devido a esta minha forma polémica de pôr

as questões, algumas inimizades, mas desde que consiga fazer passar a mensagem, pouco me importo comigo mesmo.

Não podemos esmorecer como disse aqui e muito bem o sr. Presidente da Câmara da Lousã, todos nós temos o nosso papel, todos nós o devemos levar por diante, mas também, se for preciso, com alguma polémica.

Dizer ao proprietário florestal, e são 600.000 que existem no nosso país, que efectivamente a floresta é sua, o rendimento é seu, que têm que participar e não estarem sempre à espera do Estado Previdência, ou não estarem sempre à espera que os outros façam por eles aquilo que eles têm obrigação de fazer.

Este também é o essencial da nossa mensagem para que aqueles que têm sido os maiores sacrificados, os Bombeiros de Portugal, não tenham que todos os dias continuar a ocorrer a situações que a todos compete ajudar a resolver, mas que se não fossem eles, este país, teria sido o maior archote, este país teria sido essa negação.

Eu quero deixar aqui o meu apreço como autarca e como representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a todos os que estão envolvidos neste trabalho, com toda a minha convicção, com todo o meu respeito e, acima de tudo, com um pedido de perdões pela maçada de tempo que lhes fiz estar a perder, pelo facto de estar aqui com estas minhas palavras.

Quero deixar também a minha convicção na esperança de que o futuro será mais risonho, por saber que se está a trabalhar cientificamente, com eficácia, pois se analisarmos os custos que representa para o país não se tratar a floresta, o benefício com certeza é compensador e todos o iremos ter.

Deixem-me pedir novamente às senhoras e senhores professores que se juntem todos, porque nas nossas mãos está a resolução do problema. Muito obrigado.

Intervenção do Presidente do Instituto Florestal

Eng^o. Fernando Barbosa

FLORESTAS — UM SECTOR EM MUDANÇA

Creio ser útil, no contexto deste Encontro, promovido pelo Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, do Instituto de Estudos Geográficos, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e dinamizado pelo Dr. Luciano Lourenço, fazer uma caracterização, embora sumária, da Floresta Portuguesa, como exercício capaz de contribuir para que seja atingido o objectivo central desta iniciativa, ou seja, conseguir sensibilizar a população alvo — Professores e Alunos da Região Centro do País — para a preservação do ambiente em geral e do espaço florestal nacional, em particular.

Tem sido repetidamente afirmado que a floresta, ou melhor, a fileira silvo-industrial, constitui a principal fileira económica nacional baseada em recursos naturais renováveis.

O sector florestal tem, no País uma expressão inquestionável e marcante, do ponto de vista económico, social e ambiental, mas, paradoxalmente, tem merecido, do ponto de vista histórico, uma atenção pouco relevante nas políticas governamentais.

Devemos reconhecer que essa reduzida visibilidade política, que o sector projecta na sociedade portuguesa, não é uma singularidade nacional, malgrado serem as florestas um dos temas mais mediatizados em Portugal nos últimos vinte e cinco anos, no período estival, devido à forte expressão que os incêndios florestais vêm assumindo no País.

Essa reduzida atenção radica na interacção de vários factores de diversa índole, que o espaço destinado a esta intervenção não permite, de todo, tratar de forma muito aprofundada.

De entre essa plêiade de razões emerge, nomeadamente, a longa duração dos ciclos biológicos florestais, que condicionam a expectativa

económica das produções e que tornam, de uma maneira geral, pouco atractivo o interesse pela cultura florestal por parte dos agricultores e proprietários rurais e que tem sido, seguramente, uma das razões mais evidentes da insuficiente atenção dos poderes públicos a nível global, obviamente mais atentos às pulsões de natureza política mais imediata e de carga social mais sensível.

Mas, remontando a caracterização da nossa floresta, poderá dizer-se que ela tem crescido ao longo deste século de forma gradual e sucessiva e, mesmo tendo em atenção a forte incidência de incêndios florestais nos últimos anos, essa tendência mantém-se.

A área actual de ocupação florestal é de 3,1 milhões de Ha (35% da área do território) sendo que, em termos de composição, 44% dessas áreas são constituídas por resinosas e 56% por folhosas. Em termos de espécies, predominam quatro, a saber: pinheiro bravo, eucalipto, sobreiro e azinheira.

A maior parte dos maciços florestais de produção são constituídos por povoamentos puros (85% do total).

As áreas florestais com intervenção do Estado, nas quais se incluem as matas nacionais e as áreas baldias, representam cerca de 10% do total de área florestal nacional — uma das mais baixas áreas públicas florestais dos países europeus — representando o património das empresas industriais, cerca de 6,7% da área florestal total, estando a restante na posse de particulares.

Por outro lado, estima-se que cerca de 60% da área florestal se insere em explorações agrícolas. Esta situação permite concluir que, em forte medida e em particular para muitas áreas do País, a actividade florestal é complementar da actividade agrícola e que, também em escala apreciável, ela tem condições objectivas de ser potenciada no quadro das explorações agro-florestais.

Do ponto de vista fundiário, a realidade nacional apresenta um total estimado de 374 000 explorações florestais, das quais 327 000 unidades apresentam uma área inferior a 3 ha, ou seja, uma área física decididamente insuficiente para viabilizar uma unidade de gestão florestal.

A realidade acima relatada representa o perfil dominante da floresta privada de produção de lenho do Norte e Centro do País, marcado pela

reduzida dimensão da propriedade florestal e pela ausência generalizada da aplicação de práticas de silvicultura tecnicamente correctas e de regras de gestão dos povoamentos florestais que permitam promover a racionalidade da gestão florestal e o aumento da produtividade da floresta existente.

Esta situação tem constituído um sério constrangimento à valorização e modernização destes espaços florestais do País e, mesmo tendo em conta algum esforço mais recente de aglutinação de proprietários florestais em projectos com ajudas públicas, não tem sido possível superar as dificuldades estruturais que tornem atraente do ponto empresarial o investimento no sector, nestas áreas.

Em rigor, deve reconhecer-se que, embora não seja matéria fácil, constata-se uma inegável falta de dinamismo ou mesmo uma incapacidade dos poderes públicos de, até à data, terem modelado e dado corpo aos necessários mecanismos legislativos e normativos tendentes a inverter a fragmentação da propriedade e de incentivar, de forma conseguida, as acções de agrupamento de manchas florestais contínuas em ordem a redimensionar as áreas a intervir e a serem criadas unidades de exploração viáveis, particularmente, nas áreas de minifúndio do Centro e Norte de Portugal.

Referimos anteriormente que, apesar da forte incidência de incêndios florestais, se tem verificado uma expansão da área florestal, a qual se estima a uma taxa anual média de 0,5%, situação que se deve, em parte, a um processo de conversão de áreas de pastagem, de terrenos incultos e de agricultura marginal para áreas florestais.

Fazendo uma curta resenha histórica da floresta portuguesa, pode dizer-se que, desde os princípios do século XIX, foi estabelecida uma política sistemática de arborização, que se manteve até aos nossos dias, em resposta à desarborização progressiva que se verificou ao longo dos séculos, apesar das inúmeras medidas de protecção e fomento que foram sendo tomadas para contrariar essa tendência.

Foi, de facto, no século XIX que se observou uma marcada transformação do espaço agrário, devido a um significativo aumento da área agrícola e florestal, do qual resultou uma desarborização acentuada de

folhosas no Norte e Centro do País, com a progressão das culturas agrícolas e do pinheiro bravo.

Na segunda metade deste século, assiste-se à regeneração dos povoamentos de sobreiros, à valorização dos montados de sobre e azinho e à rápida progressão do pinheiro bravo formando povoamentos mistos com outras espécies e invadindo os terrenos incultos.

Por parte da administração pública florestal a atenção concentra-se na arborização, com vista à protecção das dunas, e na florestação dos terrenos comunitários de montanha.

No século XX observa-se uma forte expansão da arborização de que é paradigma o Plano de Povoamento Florestal de 1938, data a partir da qual e até ao presente, o País dispôs sempre de instrumentos de fomento e apoio às florestas.

Mas, uma análise mais cuidada da evolução das principais espécies florestais permite-nos, todavia, reconhecer que, por exemplo, para o caso de pinheiro bravo, após quase um século de crescimento gradual e constante da sua área de ocupação, como já se referiu, a espécie revela, na última década, tendências regressivas, não só ao nível da extensão da área, mas ainda das existências e acréscimos, sendo particularmente intensa essa quebra entre 1987 e 1992.

A redução deve-se à ocorrência de incêndios florestais em anos sucessivos sobre a mesma área, destruindo a regeneração natural da espécie, mas resulta também de acções de conversão do coberto florestal decorrentes da expansão do eucalipto.

Um dado interessante é o de que 25% da área relativa ao pinheiro bravo está sob gestão do Estado — matas nacionais e baldios — e condicionada a planos de ordenamento em que, a preocupação da sustentabilidade das produções está, obviamente, presente.

A exploração faz-se por cortes rasos, seguindo-se imediatamente a regeneração por processos artificiais (sementeira ou plantação).

Ao invés, nas áreas privadas, predominam os povoamentos irregulares em que a exploração se faz por cortes salteados e em que a regeneração de povoamentos se processa naturalmente.

No tocante ao eucalipto, verificou-se um crescimento considerável da área da espécie, a partir da década de 50, estimulado pela necessidade crescente de lenho para a produção de pastas celulósicas, tendo este fenómeno um crescimento acentuado na última década. De 60 000 ha de área de ocupação desta espécie nos anos 50, passou-se para 530 000 ha em 1992, situação facilitada face à grande produtividade e rentabilidade da espécie e da sua elevada capacidade de adaptação ecológica.

A grande pressão da procura interna e a tradicional exportação de rolaria de eucalipto essencialmente para a Espanha obrigou à retoma de importações desta espécie, sobretudo da América do Sul, para abastecimento das empresas de celulose que se debatem com falta de matéria prima de origem nacional para satisfação das necessidades industriais.

Relativamente ao sobreiro — espécie florestal, que pertence à vegetação primitiva e que é responsável pela posição de Portugal como primeiro produtor mundial de cortiça — constata-se uma certa estabilidade da área de ocupação após um período, no passado recente, de relativa pressão sobre os montados de sobro, nomeadamente para conversões culturais, como a instalação de regadios.

Esta espécie beneficia de uma legislação proteccionista, embora carecida de actualização urgente, mas é perceptível em muitas áreas que ela enfrenta um quadro de envelhecimento e declínio, sendo detectáveis situações de sobreexploração de montados de sobro, insuficiente regeneração de muitas estações e uma mortalidade significativa que, recentemente, tem sido objecto da atenção de especialistas.

No que respeita à azinheira, outra espécie da vegetação primitiva e também sujeita a legislação proteccionista, que aguarda revisão já proposta, nas últimas décadas uma forte regressão da sua superfície, ligada ao abandono da exploração do porco de montanha e, conseqüentemente, ao declínio do interesse económico imediato pela espécie, mas também em resultado de conversões culturais por culturas agrícolas de regadio.

Está assim traçada, de uma forma muito sumária, a caracterização da nossa floresta, muito embora não tenham sido destacadas outras importantes funções reconhecidas aos espaços florestais, como são as de natureza

ambiental, enquanto recurso que suporta outros recursos naturais, como a fauna e a flora, concorrendo para a sua preservação e biodiversidade, contribuindo para a melhoria do ar, para a estabilização da concentração do dióxido de carbono na atmosfera e tendo, ainda, um papel decisivo na conservação do solo e da água, de importância tão relevante para um País como Portugal, face às suas características orográficas e edafo-climáticas.

Seria por outro lado exaustivo referenciar com maior detalhe os indicadores económicos e sociais do sector que evidenciam a sua verdadeira dimensão e importância na economia nacional.

Refira-se, apenas, que se trata de um sector de tradicional vocação exportadora, cujos produtos, em termos de balança comercial, representam actualmente entre 11% e 12% do valor total exportado pelo País.

Reconhecendo-se embora, como já ficou referido, que as florestas, têm habitualmente uma posição de pouco relevo nas políticas governamentais, é perceptível, nas esferas internacional e nacional, uma situação de mudança.

Na ordem internacional, em resultado de um novo quadro emergente da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro, das Conferências Ministeriais para a Protecção das Florestas da Europa e por inúmeras outras iniciativas internacionais, designadamente, o Acordo sobre Madeiras Tropicais, a Convenção sobre a Desertificação e o Debate sobre a Evolução do Clima e da Poluição Atmosférica Transfronteiriça.

Trata-se de um quadro novo que definiu e consagrou os conceitos de gestão sustentada e a manutenção da diversidade biológica, conceitos hoje universalmente aceites pelas instituições e pela opinião pública e que traduzem, resumidamente, a preocupação pela utilização racional das florestas a nível planetário, numa forma e numa intensidade que assegurem a manutenção da respectiva produtividade, vitalidade e capacidade de regeneração, no presente e futuro, e que garantam a biodiversidade florística e faunística, evitando o empobrecimento do património biológico e paisagístico, e assegurando a perenidade dos ecossistemas raros ou frágeis.

A nível interno, a mudança de atitude relativa à floresta radica no interesse recente dos agricultores e das suas organizações mais representativas

em resultado da nova Política Agrícola Comum, que torna para Portugal, a alternativa florestal claramente atractiva e que permitirá a muitos agricultores ou proprietários de terras agrícolas conseguirem, através da arborização, níveis de remuneração superiores aos da anterior forma de exploração do solo.

Acresce ao sector agrícola, a importante influência do sector silvo-industrial nacional que, mais recentemente e de forma muito expressiva, vem chamando a atenção dos poderes públicos para a situação e perspectivas da fileira florestal na ordem económica, para as vantagens comparativas e para as oportunidades que o sector oferece, as quais ainda não estão suficientemente potenciadas.

Por fim, o desafio que é colocado aos próprios decisores políticos, quer pela opinião pública, cada vez mais sensível aos problemas ambientais, quer pelas posições e iniciativas assumidas pelos municípios, pelos grupos de defesa do ambiente, pelas instituições académicas e pela sociedade civil, relativas às questões florestais e, em particular, decorrentes da magnitude dos incêndios que ocorrem no País. Expectativas e desafios que, reconhecidamente, encontraram já eco junto do governo, o qual, recentemente, anunciou estar em fase de preparação, para oportuna apresentação ao Parlamento, uma nova Lei-Quadro Florestal, visando a reformulação dos objectivos de política florestal, em ordem à modernização e valorização desse património e à alteração das condições estruturais que afectam o desenvolvimento do sector.

Trata-se assim de implementar um instrumento legislativo capaz de criar as condições para maximizar o potencial produtivo da floresta, promover e generalizar a sua gestão organizada, definir planos vinculativos de ordenamento e gestão e estabelecer mecanismos de incentivo e de sistemas de crédito para a actividade florestal.

Vai longa esta exposição, mas a particular qualificação e manifestação de interesse pela matéria desta assembleia em que predominam professores aderentes a este projecto e a sua capacidade impar de serem os agentes por excelência de difusão de uma informação correcta e equilibrada exige, da minha parte, uma informação de maior detalhe sobre a complexa problemática florestal.

É quase redundante afirmar que os professores são o veículo privilegiado para conseguir que os alunos tenham uma melhor apreensão dos condicionalismos que afectam os problemas florestais, à escala local e regional, e que, a partir deles, se projecte na família e nas comunidades locais uma melhor informação, que concorra para a formação de “uma consciência florestal colectiva”.

Reconheço o importante papel que este projecto tem na Região Centro, como contributo para uma melhor percepção por parte dos alunos e da população desta região do funcionamento dos ecossistemas florestais, quer em termos de parâmetros ecológicos, quer do ponto de vista económico e social.

Muitas iniciativas com carácter pedagógico têm sido desenvolvidas por todo o País com a finalidade de sensibilizar as populações para a preservação das florestas.

Convirá, todavia, aperfeiçoar cada vez mais a informação pública e a educação cívica e ambiental. Esta iniciativa, por ser tão estruturada e pelo espectro que abrange, tem condições singulares para ter um impacto positivo na região.

Em nome do Instituto Florestal quero agradecer, na pessoa do Dr. Luciano Lourenço — um credenciado investigador desta área científica — esta estimável contribuição, dedicada a um sector que carece cada vez mais de uma informação baseada em conhecimentos técnicos e científicos e de um discurso dominado pelo bom senso, os quais possam minimizar o impacto de manifestações, tantas vezes emotivas e inconsistentes, a que se assiste repetidamente sobre os problemas que envolvem as florestas.

Intervenção do Vice-Reitor da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Fernando Rebelo

Excelentíssimo Senhor Presidente da CNEFF;

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Poiares em
representação da Associação Nacional de Municípios Portugueses;

Demais colegas de mesa;

Membros da Comissão Organizadora deste Encontro;

Excelentíssimos participantes;

Meus senhores e minhas senhoras.

Quero agradecer a todos o estarem aqui, nesta organização em que a Universidade de Coimbra está envolvida e que já vai no IV Encontro. Seria muito difícil para mim estar a dizer coisas novas, já é o IV Encontro e tenho estado em todos os anteriores. Por isso, cumprimento os presentes em meu nome pessoal e em nome do Sr. Reitor da Universidade, e agradeço-lhes terem vindo.

No entanto, estou tentado a ler uma pequenina parte de um texto que publiquei, salvo erro, nas Actas do I Encontro. É uma pequenina parte, só para recordar aquilo que eu penso sobre este assunto e sobre o interesse de fazermos reuniões destas.

Dizia eu nessa altura, portanto no tal texto que escrevi, que, "em primeiro lugar, a localização dos grandes incêndios florestais conduz facilmente a considerações de natureza climática e geográfica. Depois, o momento exacto da sua ocorrência e o seu desenvolvimento colocam problemas de pormenor no que respeita às condições meteorológicas, mas também às condições geográficas e à localização de actividades humanas.

As consequências dos incêndios são muitas e variadas. O geógrafo é sensível imediatamente à erosão acelerada dos solos, mas sabe do rosário de problemas que se seguem e que podem, em certos casos, comprometer a ocupação humana das áreas atingidas.

Quase um lugar comum é dizer-se que a educação, também no respeitante aos incêndios florestais, é fundamental. Quando o risco é grande, prevenir é melhor que remediar. É preciso, então, ensinar a prevenir, mas, no caso de crise, é preciso saber como actuar. Só o ensino pode preparar as pessoas para os diferentes graus de dificuldade a ultrapassar nesses momentos”.

Isto escrevi como prefácio, salvo erro, às Actas do I Encontro. Mantenho na sua totalidade. Acho que os professores são fundamentais nesta matéria. Primeiro dirigindo, através do ensino, os seus alunos. Depois, por influência deles chegando aos seus familiares.

É a mensagem que temos de passar. A Universidade de Coimbra está ligada ao estudo dos fogos florestais através de variadíssimos sectores. Este, o de Geografia, é apenas um deles, mas acho que é muito importante. Portanto, por um lado, aceitei pertencer à comissão organizadora, como co-presidente com o Sr. Engenheiro Maia e Costa, e por outro lado, aceitei vir aqui, em nome do Sr. Reitor da Universidade, apresentar a todos os meus cumprimentos. Muito obrigado por terem vindo.

Apresentação do Programa

Dr. Luciano Lourenço

O Projecto de Sensibilização da População Escolar centra-se no Concurso "Escola Sensibilizada, Floresta Protegida", cujas linhas gerais passamos a apresentar:

Objectivo

- 1.1 Conseguir a participação dos alunos do 7^o, 8^o e 9^o anos de Escolaridade de todas as Escolas Preparatórias, Básicas Integradas, C+S e Secundárias da Região Centro na campanha de Defesa da Floresta contra o Fogo, por forma a sensibilizar Alunos e Professores para a Preservação do Ambiente em geral e da Floresta em particular, nomeadamente através de atitudes concretas tendentes à redução do número de fogos florestais, extravasando para a população activa agrícola e para a comunicação social (local, regional e nacional) como veículo de informação privilegiado para a formação da opinião pública.

Plano de Acção

- 2.1. Esta campanha de sensibilização tem em vista a execução de trabalhos, interdisciplinares ou não, elaborados colectivamente por alunos ou por grupos de alunos de cada uma das turmas que se candidatar individualmente sendo a sua execução acompanhada pelos professores de cada uma da(s) turma(s) aderentes ao Projecto.
- 2.2. Por cada turma concorrente, serão aceites trabalhos dentro dos seguintes sub-temas:
 - Banda desenhada (máximo 4 folhas cartolina);

- Cartaz (máximo quatro folhas de cartolina);
- Fotografia(s) com 20x15 cm, legendada(s) sobre cartolina preta (máximo de seis fotografias);
- Jogo Didáctico (apenas um trabalho);
- Maquete ou trabalhos a 3 dimensões (máximo 100x50x30 cm);
- Sketch teatral (até 15 minutos);
- Trabalho Livre (apenas um, o qual poderá ser: slogan, crachá, selo de correio, postal ilustrado,...);
- Video (até 15 minutos).

2.3. Depois de elaborados, estes trabalhos serão expostos localmente, na Escola e/ou na Câmara Municipal, Quartel dos Bombeiros, numa acção concertada de sensibilização para a qual deverão ser convidados a nela participar tanto a CEFF municipal (através da Câmara Municipal, Instituto Florestal, Serviço Nacional de Bombeiros, Instituto da Conservação da Natureza, Serviço Nacional de Protecção Civil, Guarda Nacional Republicana), como as Juntas de Freguesia, Associações de Defesa do Ambiente, Organizações de Produtores Florestais, associações de Desenvolvimento Local e/ou outras afins. Esta acção, além de procurar envolver toda a comunidade escolar, deve extravasar para fora dos muros da Escola, através da sua divulgação, de modo a que nela participe a população local.

2.4. Uma Comissão constituída por representantes da CEFF municipal e da Escola deverá seleccionar, de entre os trabalhos elaborados pelos alunos das diferentes turmas, um único trabalho por cada um dos sub-temas do concurso, os quais (no máximo de oito) representarão a respectiva Escola.

2.5. Os trabalhos serão remetidos para o NICIF-PROSEPE-Faculdade de Letras, onde um júri os apreciará, seleccionando os 24 melhores (três por cada um dos sub-temas), os quais serão premiados.

O júri reserva-se o direito de não atribuir algum(s) do(s) prémio(s) sempre que a qualidade dos trabalhos apresentados a concurso assim o justificar.

- 2.6. Em simultâneo com a execução destes trabalhos devem ser incentivadas outras formas de envolvimento das turmas, nomeadamente através de visitas guiadas por um Guarda Florestal ou da Natureza a áreas florestais e/ou de Paisagem Protegida (Ex. Mata do Buçaco, Serra da Malcata), de percursos pedestres através de manchas florestais com visita a um posto de vigia (de preferência nas proximidades da escola) e da dinamização de Clubes de Índole Florestal ("Os Vigilantes da Floresta"; "Os Defensores da Floresta contra Incêndios,...").

Estes clubes, em colaboração com a CEFF municipal (Câmara Municipal, Instituto Florestal, Serviço Nacional de Bombeiros, Instituto da Conservação da Natureza) e outros, poderão realizar actividades locais no âmbito da prevenção de Incêndios Florestais (sensibilização da população, arborização da áreas ardidas, actividades de limpeza das bermas das estradas, de florestas, de mata local, equipas de vigilância...), as quais devem ser acompanhadas e noticiadas pelos meios de comunicação social.

Prémios

- 3.1. Os trabalhos seleccionados pelo júri receberão outros tantos prémios colectivos (três por sub-tema), destinados às Escolas concorrentes.
- 3.2. Todos os Professores Aderentes e os Alunos da Turma concorrente serão contemplados com um prémio individual.
- 3.3. A distribuição dos prémios decorrerá durante um Encontro Regional, a realizar na Mata do Choupal em Coimbra, no dia 31 de Maio, durante uma cerimónia aberta ao público preparada especialmente para o efeito.

As Escolas Aderentes não premiadas também poderão participar neste Encontro de acordo com o programa geral ou com programa

especifico a estabelecer, se o número de Escolas participantes assim o exigir.

A apresentação das Escolas premiadas será feita por ordem alfabética de concelho. Se possível, os alunos deverão apresentar-se com trajes regionais, sendo portadores de utensílios relacionados com trabalhos nas matas e/ou de peças de artesanato que deles derivem.

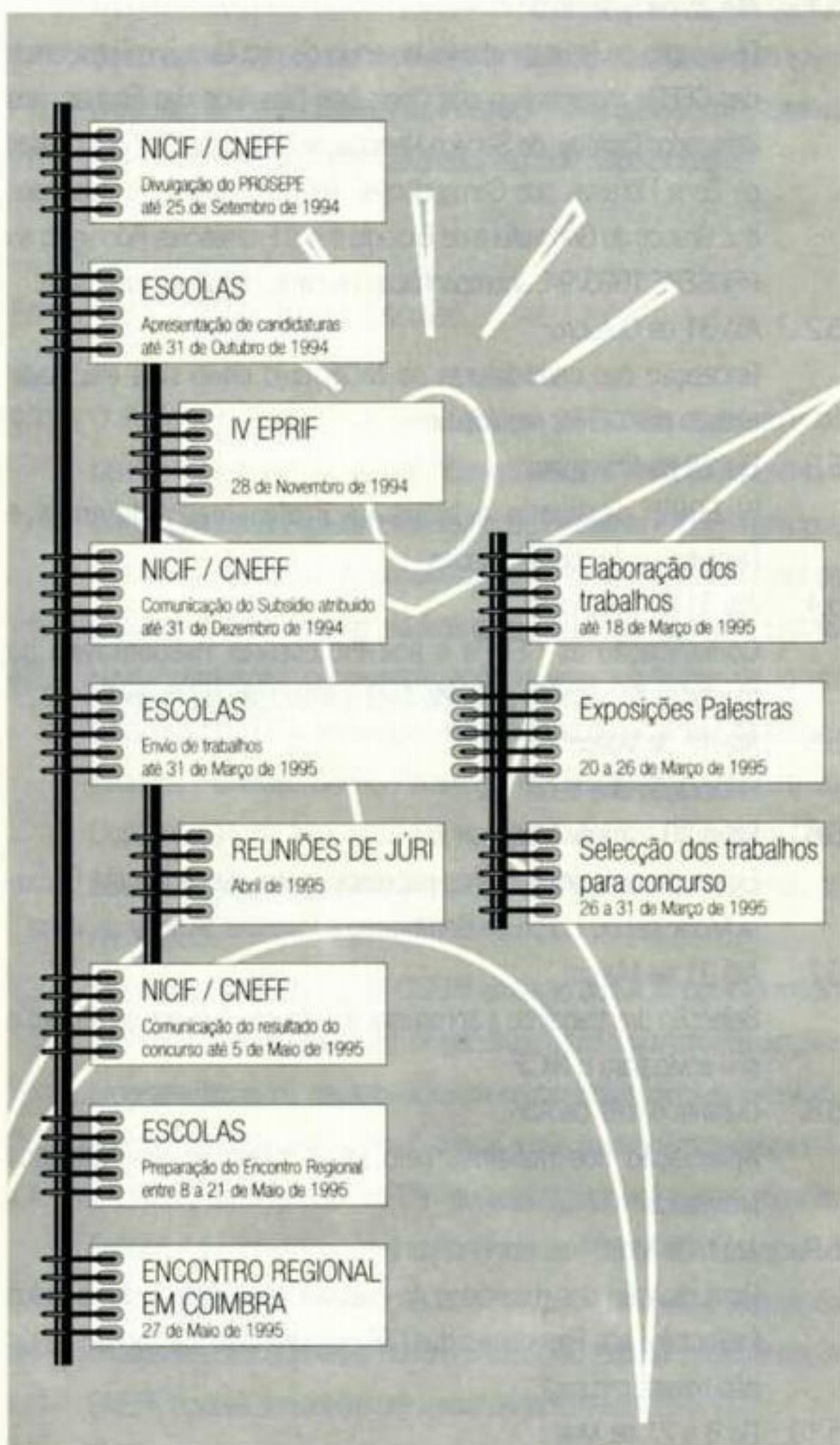
Forma de Participação das Escolas

- 4.1. O Professor Responsável pelo Projecto, em colaboração com os demais Professores Aderentes, com o Conselho Directivo da Escola e com a Comissão Especializada de Fogos Florestais (CEFF) municipal, conduzirá o processo de sensibilização no concelho ou, no caso de existirem diversas Escolas, na área de influência da respectiva Escola.
- 4.2. Nesta campanha de sensibilização devem participar de forma empenhada, a CEFF municipal, representada pela Câmara Municipal, Instituto Florestal, Serviço Nacional de Bombeiros, Instituto da Conservação da Natureza, Serviço Nacional de Protecção Civil, Guarda Nacional Republicana e, ainda, os Presidentes das Juntas de Freguesia.
- 4.3. As Escolas Aderentes ao PROSEPE enviarão ao NICIF, por intermédio das CEFF's municipais um projecto no qual constem as acções programadas e os seus custos, preenchendo o formulário anexo, apenas no respeitante aos sub-temas a que pretendem concorrer.
- 4.4. A CNEFF, através das CEFF's municipais, apoiará cada uma das Escolas Aderentes com uma importância de 100.000\$00, a qual só será atribuída após a execução do projecto. No caso deste ser de qualidade e as despesas haverem excedido aquela importância, a CNEFF poderá considerar um maior financiamento.
- 4.5. As turmas premiadas pelo júri receberão um subsídio de 100.000\$00, destinados a ajudar a suportar todos os encargos da deslocação a Coimbra e a preparar a respectiva representação.

Calendarização das Actividades (1994/95)

- 5.1. Até 25 de Setembro:
Divulgação do Projecto através do envio de circulares aos Presidentes das CEFF's municipais e dos Conselhos Directivos das Escolas, aos Delegados Distritais do Serviço Nacional de Protecção Civil, aos Chefes de Zona Florestal, aos Comandantes dos Bombeiros, aos Delegados dos Grupos de Geografia e de Biologia e aos Professores Aderentes ao PROSEPE 1993/94, acompanhadas de cartaz e folheto explicativo.
- 5.2. Até 31 de Outubro:
Recepção das candidaturas no NICIF, cujo envio será efectuado através das CEFF's municipais.
- 5.3. Dia 28 de Novembro:
IV EPRIF destinado a todos os Professores Aderentes e Representantes das Entidades.
- 5.4. Até 31 de Dezembro:
Comunicação às CEFF's e aos Professores Responsáveis do montante do subsídio atribuído para a realização do Projecto.
- 5.5. Até 18 de Março:
Elaboração dos trabalhos.
- 5.6. Entre 20 e 26 de Março:
Exposição local dos trabalhos elaborados pelos alunos (Escola, Câmara Municipal ou Corpo de Bombeiros) e Palestras alusivas ao tema.
- 5.7. Até 31 de Março:
Seleção dos trabalhos a apresentar a concurso (um por sub-tema) e seu envio para o NICIF.
- 5.8. Durante o mês de Abril:
Apreciação dos trabalhos pelo júri e selecção dos trabalhos premiados.
- 5.9. Até 5 de Maio:
Comunicação dos resultados do concurso aos Responsáveis pelos Projectos e aos Presidentes das CEFF's municipais (da decisão do júri não haverá recurso).
- 5.10. De 8 a 21 de Maio:
Preparação da representação da Escola no Encontro de Coimbra.
- 5.11. Dia 27 de Maio:
Encontro Regional em Coimbra (Mata do Choupal).

Cronograma



VISITA ÀS INSTALAÇÕES

Intervenção do Responsável pelo Sistema de Informação do Risco de Incêndio Florestal (SIRIF)

Dr. Luciano Lourenço

O Sistema de Informação de Risco de Incêndio Florestal (SIRIF) é, como o PROSEPE, um Projecto de Investigação do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Destina-se a difundir diariamente, durante a época de fogos, a Tendência do Risco de Incêndio Florestal para o Dia(s) Seguinte(s).

A determinação desta tendência, tendo em conta o seu carácter eminentemente operacional, é fornecida ao Serviço Nacional de Bombeiros, Instituto Florestal e Polícia Judiciária, tendo por base de cálculo a divisão administrativa municipal.

As características físicas e humanas de cada um dos concelhos têm implícito um certo grau de risco de incêndio, o qual se determina indirectamente com base no passado pirileológico de cada concelho.

Contudo, esse risco médio, pode ser agravado ou aligeirado em função da situação meteorológica. Ora, com base na informação e na previsão meteorológica é possível determinar a tendência do risco de incêndio para o dia seguinte.

Deste modo, além da informação meteorológica oficial, do Instituto de Meteorologia, recorreremos à de uma rede própria de estações pirometeorológicas, constituída por estações fixas e móveis, a qual não só nos permite obter informação nos locais onde a rede oficial se encontra mais espaçada, mas também possibilita o apoio operacional, tanto às aeronaves sediadas nos Centros de Meios Aéreos como às Brigadas de Investigação de Fogos Florestais.

Após tratamento das informações meteorológicas recolhidas diariamente às 12 horas (14 UTC), calcula-se a tendência do risco de incêndio para o dia seguinte, através de uma fórmula simples, de nossa

concepção, que conjuga os valores da temperatura e da humidade relativa do ar com os da direcção e velocidade do vento num determinado dia e os previstos para o dia seguinte. O valor obtido irá agravar ou aligeirar o valor médio do risco do concelho.

Deste modo, obtem-se a tendência do risco de incêndio para o dia seguinte, a qual é difundida sob a forma de um mapa (fig.1).

Após esta apresentação muito sumária convido-vos a visitar as instalações onde se processa o cálculo da tendência do índice de risco para o dia seguinte, onde estaremos à disposição tanto para responder às questões que queiram colocar-nos, como para esclarecer quaisquer dúvidas sobre o funcionamento do SIRIF.

Bem hajam.

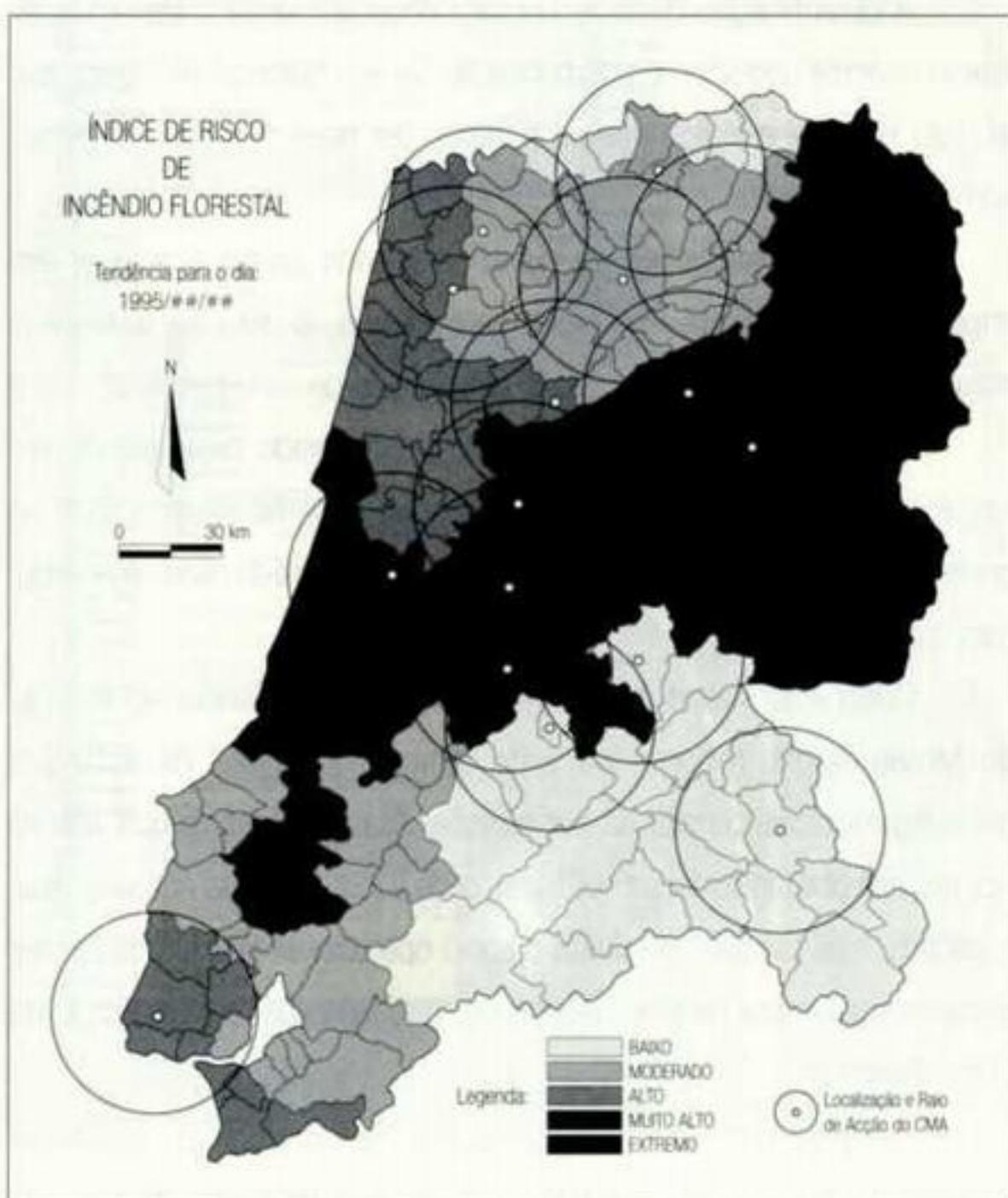


Fig. 1 – Mapa com a tendência do risco de incêndio florestal para o dia 1995/##/##, difundida na véspera (Mapa exemplificativo).

Intervenção da Responsável pelo Centro de Prevenção e Detecção de Incêndios Florestais - 05 - Lousã (CPDIF)

Eng^a. Lucília Mota

Vamos visitar o Centro de Prevenção e Detecção de Incêndios Florestais da Lousã. É um dos dois da Delegação Florestal da Beira Litoral e foi o primeiro Centro a funcionar no país. Funciona há cerca de 12 anos e é o Centro onde se coordenam e dirigem, digamos assim, todas as acções durante o verão, as acções de detecção e de prevenção de incêndios florestais.

É no Centro de Prevenção que coordenamos as informações dos vigias, quanto às ocorrências de incêndios e de onde sai a informação para os meios de combate, nomeadamente aéreos e terrestres.

Também no Centro se coordenam os outros meios de prevenção que temos, nomeadamente os Sapadores Florestais, as Brigadas de Investigação de Causas e neste já não, porque já não temos Brigadas Móveis de Vigilância, mas é um outro sistema de vigilância que temos e que se encontra em fase de reestruturação.

No Centro também se tratam os elementos estatísticos de todos os incêndios florestais, cuja divulgação fazemos de 15 em 15 dias, a todas as entidades interessadas nestas questões e bem como o relatório final.

Portanto, vamos visitar o Centro e no espaço ao lado fizemos uma pequena mostra fotográfica exactamente com elementos da nossa estrutura de prevenção e detecção, bem como alguns gráficos e alguns números quer para a Delegação Florestal da Beira Litoral, quer para todos o país.

Os números de 1994 são ainda provisórios. De qualquer modo é já uma ideia da evolução, quer dos meios, quer das suas produtividades.

E é tudo.

Intervenção do Inspector Regional dos Bombeiros do Centro

Eng^o. Pedro Lopes

Digníssimas entidades

Srs. Professores

Caros Comandantes

Muito bom dia

As instalações do aeródromo da Lousã que se encontram sob a gestão de Serviço Nacional de Bombeiros (SNB) são constituídas, para além da pista, pela zona das caldas e espaço exterior, pelo edifício principal e pelo hangar onde nos encontramos.

Esta última, destina-se fundamentalmente ao arrumo de todos os equipamentos e aditivos utilizados nas caldas, do tipo retardantes e espumíferos.

No edifício principal, para além das salas cedidas a outras entidades que conosco colabora, dispomos de instalações de apoio logístico, de que fazem parte 3 quartos, cozinha, bar, instalações sanitárias, instalações operacionais, constituídas pela sala de operações, onde são calculados os rumos e localizados os incêndios, sala de reuniões, gabinetes dos responsáveis e ainda arrecadações de apoio.

Neste centro têm ficado sediados 2 aerotanques ligeiros, um helicóptero de brigada, que como o nome indica transporta 5 bombeiros, e um helicóptero da Força Aérea que actua como elemento de coordenação do C-130.

Se, até ao ano transacto, neste Centro era feita a coordenação dos meios aéreos, desde a última campanha de fogos florestais, tal Coordenação Operacional passou para os Centros de Coordenação Operacional (CCO's), que assim passaram a ser a única estrutura do SNB com funções de coordenação, quer de meios terrestres quer aéreos.

Em caso de sinistro, o alerta é comunicado ao CCO, neste caso o de Coimbra, que acciona os meios considerados necessários. Podem assim ser de imediato accionados, para além do helicóptero de brigada, um ou mesmo dois aerotanques ligeiros, meios terrestres e se se justificar, meios de segunda intervenção, constituídos por helicópteros de média capacidade e aviões pesados. Estes últimos, já referidos, estiveram sediados em Seia e tinham uma área de actuação que se estendia a todo o país.

A localização deste Centro e dos meios aqui sediados, fazem dele um dos locais mais importantes em toda a estratégia de combate aéreo ao fogo florestal.

A possibilidade de deslocarmos meios de e para este Centro, de acordo com as informações sobre o índice de risco de incêndio florestal, fornecidas pela equipa do NICIF, foi fundamental para o bom desenrolar das acções de combate.

A situação verificada este ano, em que os distritos do litoral mantiveram índices de risco abaixo do normal para a época estival, permitiu deslocar os aerotanques aqui sediados, para reforço das zonas do interior, onde o índice de risco era mais elevado e onde se verificou um grande número de fogos.

A informação de índices de risco elevado fez também com que utilizássemos a vigilância armada, como uma das tácticas de intervenção aos fogos nascentes, em especial nas zonas críticas.

Saliente-se que este tipo de missões, em que o aerotanque levanta vôo carregado apenas com água, numa acção de vigilância que permite intervir ao primeiro sinal de fumo, se revelou extremamente eficaz. A partir da primeira descarga, a intervenção era feita com calda, preparada nos tanques que vos convido a visitar de seguida.

Procurei fazer uma breve descrição do Centro de Meios Aéreos da Lousã e da sua actividade no que diz respeito ao combate aos fogos florestais, que necessariamente não foi completa, pelo que estou à vossa disposição para qualquer esclarecimento que entendam necessário.

Muito obrigado.

Intervenção do Responsável pelo Centro de Operações e Técnicas Florestais da Lousã

Eng^o. António Gravato

Bom dia. Nós preparámos um vídeo especialmente para este IV EPRIF que vos convidamos a ver. Imediatamente a seguir, vamos servir o almoço, nas nossas instalações. Espero que gostem do almoço que preparámos para vós. Muito obrigado. Passemos, então, a assistir ao vídeo.

TRANSCRIÇÃO DO VÍDEO CLIP/IV EPRIF

Tal qual uma criança que desde o seu nascimento e durante toda a vida necessita de um acompanhamento regular, as plantas, da mesma forma, requerem igual atenção técnica em todo o seu processo de desenvolvimento.

O homem define e impõe regras claras de comportamento e de relacionamento em sociedade, procurando com isso atingir níveis razoáveis de ordem, disciplina e organização.

As plantas, não tendo essa capacidade para se organizarem por si, têm, no entanto, as mesmas necessidades e exigências, se pensarmos num contexto de definição de uma Estratégia Florestal Comum, e, nesse quadro, é absolutamente indispensável englobar três vertentes de preocupação mundial:

- A conservação;
- A gestão e ordenamento;
- O desenvolvimento sustentado.

A Floresta tem vindo a adquirir uma crescente importância no contexto Comunitário, a que não estão alheios os factores de natureza económica mais relevantes. A Comunidade dispõe de 6 milhões de proprietários florestais e 2 milhões de europeus têm na floresta a sua fonte de trabalho.

No quadro de uma Estratégia Florestal Comum torna-se necessário e absolutamente indispensável definir objectivos nas áreas da conservação e gestão da exploração florestal.

A sua implementação só será possível através de um serviço eficiente e constantemente actualizado de formação profissional florestal. O C.O.T.F. (Centro de Operação e Técnicas Florestais) está situado na Lousã e resultou de um Projecto Luso-Norueguês.

É uma unidade orgânica do Instituto Florestal (Delegação Florestal da Beira Litoral), o qual, desde o seu início, em 1984, definiu como actividade principal e objectivo específico, a formação profissional florestal. Cabe-lhe assim a tarefa aliciente e de grande responsabilidade de preparar e formar técnicos nas diferentes áreas específicas e profissionais da actividade florestal.

Nesse sentido, tem-lhe competido um importante papel, sendo um sério protagonista na dinamização, implementação e execução de todo um processo formativo, desenvolvido sobretudo na área da exploração florestal.

Tem-se assim dado um modesto mas sério contributo na formação dos mais diferentes níveis técnicos até ao operador de equipamentos florestais, procurando-se, desta forma, a necessária e exigível rentabilização das diversas operações e a conseqüente redução e minimização dos custos totais de exploração, inerentes a esta actividade.

O estudo e a experimentação de novas tecnologias, bem como o ensaio de novas máquinas e equipamentos, têm feito parte dos objectivos complementares à actividade de formação.

Tem-se procurado que o desenvolvimento dos conteúdos dos programas sejam modernos e actualizados, capazes de responder às lacunas existentes no sector.

Assuntos tão actuais como a ergonomia, segurança, higiene e saúde, entre outros, são devidamente enfatizados.

Para além da exploração florestal, o C. O. T. F. tem intervindo noutras áreas específicas como:

- Técnicas de preparação de terreno e de plantação;
- Silviculturas e dendrometria;
- Elaboração e tratamento de um banco de dados sobre:

- Custos e produtividades de trabalho;
- Fotointerpretação e inventário florestal;
- Treino com máquinas e equipamentos;
- Incêndios florestais.

Quanto aos incêndios florestais têm-se desenvolvido várias acções nas áreas da prevenção e combate de 1ª intervenção, fogos controlados, ensaio de novas tecnologias e determinação das causas, cabendo-nos, neste capítulo, um papel importante na formação das brigadas de investigação de fogos florestais, mais vulgarmente designadas BIFF's.

Os destinatários da formação ministrada no C. O. T. F. têm sido sobretudo técnicos, estudantes florestais a diversos níveis, mestres e guardas florestais, operadores de máquinas e equipamentos.

Preocupamo-nos que as acções levadas a efeito estejam dirigidas fundamentalmente para o produtor, visando a necessária reconversão do chamado proprietário florestal, tornando-o num verdadeiro sivicultor...mas trata-se de um trabalho que não é só da nossa responsabilidade.

!!!HÁ UM FUTURO NA FLORESTA!!!

Nenhuma outra actividade concilia tão prodigamente os objectivos ecológicos e o desenvolvimento económico!

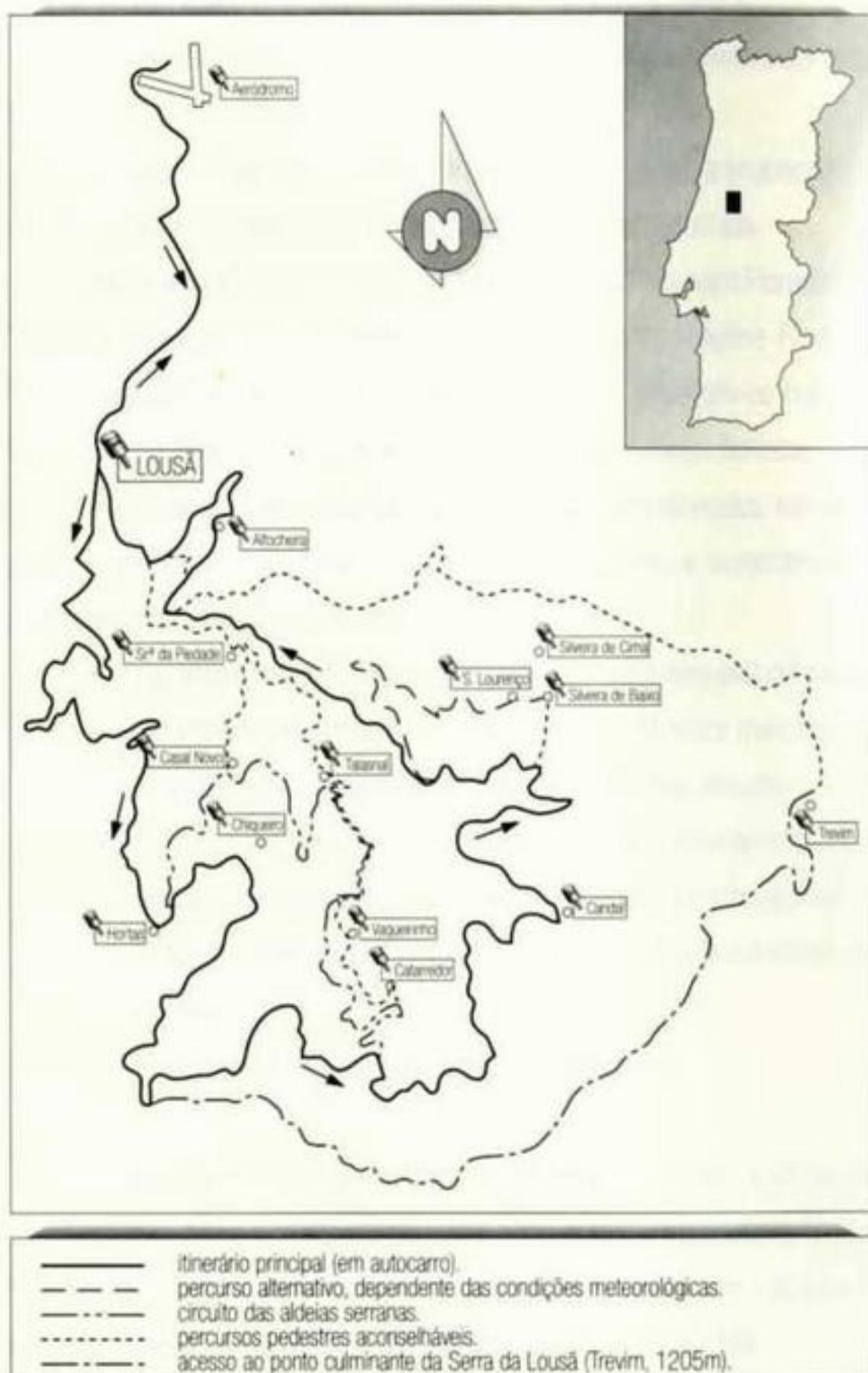
É uma actividade na qual, ao contrário do que se possa pensar, a mulher pode ter um papel preponderante. Trabalhar na floresta significa contribuir positivamente para o futuro, por isso, também a mulher pode e deve participar.

É inegável a importância que a árvore e a floresta ocupam o espaço europeu.

A perspectiva de adesão dos países nórdicos e a maior integração dos países do leste, conferirá uma maior dimensão às questões florestais. Pela nossa parte estamos completamente convencidos de que há um futuro na floresta e que a formação profissional deve ser encarada como um desafio constante e permanente a essa actividade.

VIAGEM DE ESTUDO

- 14:00 – Saída do COTF/Aeródromo.
- 14:30 – Perímetro Florestal das Hortas.
- 15:30 – Transbordo autocarro/viaturas ligeiras.
- 16:00 – Silveira de Baixo. Projecto de recuperação (ARCIL).
- 16:30 – Magusto/Encerramento.
- 17:30 – Regresso a Coimbra.



Perímetro Florestal das Hortas - Pequeno Historial

Eng^o. José Joaquim Paúl

A Serra da Lousã, outrora coberta de carvalhos caducifólios (*Q. robur*, *Q. pyrenaica* e *Q. suber*), à semelhança de tantas outras zonas de Portugal, sofreu pelo sobrepastoreio e pelos incêndios a ele associados, uma quase total desarborização.

Alexandre Herculano percorreu o país em 1853/54 referindo-se à Serra da Lousã como "montanhas só de mato rasteiro".

Graças ao Plano de Povoamento Florestal de 1938, a problemática das arborizações do interior de Portugal começou a ser estudada.

Implementado pelo Projecto de Arborização do Perímetro Florestal da Serra de Lousã (D.G.S.F.A., 1939), após submissão ao Regime Florestal Parcial daquelas áreas, em 14 de Agosto de 1935, iniciaram-se naquela época os trabalhos que levaram ao surgimento desta mancha florestal.

Inicialmente controversa pela grande necessidade de matos, retirados para a agricultura, o processo teve início com recurso a sementeiras e plantações com o seguinte critério:

- *Cupressus lusitanica* em vários núcleos, nos solos de qualidade média.
- Carvalhos, castanheiros e outras folhosas, nos solos mais fracos.
- *Quercus rubra*, nos piores terrenos até 900m de altitude.
- *Pseudotsuga menziessii* e *Chamaecyparis lawsoniana*, nos terrenos de qualidade intermédia acima dos 800m de altitude.
- Videiros, *Acer pseudoplatanus* e *larix*, nos melhores solos de cota elevada.
- Pinheiros e *Cedrus atlantica*, nos restantes solos.

Localizada no sistema montanhoso Montejunto-Estrela, a Serra da Lousã caracteriza-se por apresentar clima temperado – chuvoso de Verão Frio (Koppen), solos provenientes de xisto e grauvaques do "complexo xisto-grauváquico" e exposição predominantemente de NE ou NW.

O Cantão das Hortas, situado na freguesia e concelho da Lousã, distrito de Coimbra, possui uma área de 475 ha e faz parte integrante do Perímetro Florestal da Serra da Lousã, com uma área de 1439 ha distribuída pelos cantões do Estoirão (551 ha), Trevim (259 ha), Porto Espinho (154 ha) e Hortas (475 ha).

O Cantão das Hortas, com uma taxa de arborização superior a 96%, é composto do seguinte modo:

– Pinheiro Bravo	207 ha (43%)
– Outras resinosas	52 ha (11%)
– Mistos de folhosas x resinosas	134 ha (28%)
– Folhosas diversas	38 ha (8%)
– Incultos	16 ha (3%)
– Aceiros	9,5 km
– Caminhos	53 km
– Tanques	3
– Casa de Guarda	1

Os povoamentos de pinheiro bravo, utilizado como espécie florestal pioneira, cumpriram já grande em grande parte, a sua acção de protecção e formação de solo facilmente demonstrada pela abundante regeneração natural de espécies florestais mais exigentes sob coberto.

Pela submissão ao Regime Florestal Parcial (1935) e pela Lei Nº 68/93 de 4 de Setembro (Lei de os Baldios), os legítimos possuidores destes baldios são as comunidades locais, compostas pelo universo dos moradores da freguesia que, segundo os usos e costumes, têm direito ao uso e fruição do baldio.

De acordo com a submissão ao Regime Florestal Parcial, compete ao Estado acrescentar os programas anuais de trabalho relativos à instalação, condução e exploração dos povoamento florestais.

A arborização com espécies adaptadas, a contribuição para a sua valorização e estudo, promovendo os conhecimentos práticos inerentes ao ordenamento florestal bem como toda a sua manutenção e exploração traduziu-se nos últimos 5 anos num investimento de 7500 contos e numa

receita superior a 21000 contos, dos quais, segundo a lei, 60% foram atribuídos ao Concelho Directivo dos Baldios da Lousã.

Independentemente da contribuição de receita às populações locais, constitui hoje uma das manchas florestais mais conhecidas da cordilheira Montejunto-Estrela, pela biodiversidade existente e pelo cumprimento do Pinheiro bravo como espécie pioneira.

Actualmente decorrem acções e estudos pelas Universidades e Institutos nos mais diversos campos da Silvicultura.



APOIO / COLABORAÇÃO

Reitoria da Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais

Comissão de Coordenação da Região Centro

Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

Fundação Calouste Gulbenkian

Serviço Nacional de Bombeiros

Instituto Florestal

Instituto de Conservação da Natureza

Serviço Nacional de Protecção Civil

Instituto de Promoção do Ambiente

Direcção Regional de Educação do Centro

Caixa Geral de Depósitos

EMPORSIL, Empresa Portuguesa de Silvicultura, Lda.

Sapex-Agro

ÍNDICE

<i>COMISSÃO ORGANIZADORA.....</i>	<i>3</i>
<i>SECRETARIADO.....</i>	<i>3</i>
<i>NOTA DE ABERTURA.....</i>	<i>5</i>
<i>SESSÃO DE ABERTURA.....</i>	<i>7</i>
<i>ALOCUÇÕES.....</i>	<i>9</i>
<i>PROSEPE 1994/95.....</i>	<i>37</i>
<i>VISITA ÀS INSTALAÇÕES.....</i>	<i>43</i>
<i>VIAGEM DE ESTUDO.....</i>	<i>53</i>
<i>APOIO/COLABORAÇÃO.....</i>	<i>59</i>